



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Departamento de Geografia - GEA

SAMUEL DA TRINDADE VENÂNCIO

**A PRODUÇÃO VIOLENTA DO ESPAÇO NA
FRONTEIRA AGRÍCOLA AMAZÔNICA: Análise de dados de 1995 a 2022**

Brasília
2024

SAMUEL DA TRINDADE VENÂNCIO

**A PRODUÇÃO VIOLENTA DO ESPAÇO NA
FRONTEIRA AGRÍCOLA AMAZÔNICA: Análise de dados de 1995 a 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) como exigência para obtenção do título de Geógrafo.

Orientador: Prof. Dr. José Sobreiro Filho

Brasília

2024

A Produção Violenta do Espaço na Fronteira Agrícola Amazônica: Análise de dados de 1995 a 2022

*Autor: Samuel da Trindade Venâncio
Orientador: Prof. Dr. José Sobreiro Filho*

Resumo

O avanço da fronteira agrícola na Amazônia expressa fenômenos que atravessam diversas dimensões da sociedade. Diferentes sujeitos lá se encontram e disputam por esse espaço, o que resulta numa conflitualidade por divergência do uso do território da vasta floresta, principalmente entre o campesinato e o agronegócio. Por meio de dados socioeconômicos (indicadores sociais e produção agropecuária de *commodities* e gêneros alimentícios típicos) e de assassinatos no campo (aspectos quantitativo e qualitativo) e arcabouço teórico aos auspícios do conceito de necropolítica, este trabalho tem como objetivo geral analisar a produção do espaço na fronteira agrícola amazônica no período compreendido entre 1995 e 2022. Evidencia-se que sua expansão e apropriação pelo capitalismo ocorre de maneira violenta, desigual e contraditória.

Palavras-chave: Assassinatos no campo; Acumulação por espoliação; Necropolítica; Biopolítica; Conflitualidade.

Abstract

The advancement of the agricultural frontier in the Amazon reveals phenomena that span various dimensions of society. Different actors encounter and compete for this space, leading to conflicts due to divergent uses of the vast forest territory, primarily between peasantry and agribusiness. Utilizing socioeconomic data (social indicators and agricultural production of commodities and typical foodstuffs) and data on rural murders (both quantitative and qualitative aspects), along with a theoretical framework based on the concept of necropolitics, this study aims to analyze the production of space in the Amazonian agricultural frontier from 1995 to 2022. It highlights that its expansion and appropriation by capitalism occur in a violent, unequal, and contradictory manner.

Keywords: Murders in rural areas; Accumulation by dispossession; Necropolitics; Biopolitics; Conflictuality.

Introdução

A Amazônia é riquíssima do ponto de vista da diversidade natural e cultural. Tem sido objeto de estudo nos diversos campos do conhecimento abrangendo vários temas. Questões ambientais, mudanças climáticas etc. estão no centro de discussões acadêmicas nos cenários nacional e internacional. Com o avanço da fronteira agrícola na Amazônia, aumenta-se a preocupação com a floresta, ademais com as consequências e impactos socioambientais dessa exploração econômica.

A fronteira agrícola expressa fenômenos em diversas dimensões, seja social, política, econômica e até mesmo cultural. Becker (2004) aponta o potencial de exploração da região amazônica em que há várias propostas e dilemas de desenvolvimento para a mesma. Diferentes sujeitos se encontram e disputam pelo vasto espaço da floresta (Martins, 1997), o que resulta numa conflitualidade (Fernandes, 2005b, 2009) em que a correlação de forças é bastante desigual, principalmente entre o campesinato e o agronegócio.

Fernandes (2005b) aponta que a conflitualidade é inerente ao desenvolvimento territorial, justamente por conta das divergências e das formas de entender, entre os sujeitos, de como deveria ser esse desenvolvimento. As mudanças sociais, as propostas e as ideias são questionadas pelos grupos que criticam e discordam da ordem vigente, porque há diferentes maneiras de se entender o território (Fernandes, 2009).

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a produção do espaço na fronteira agrícola amazônica a partir de dados socioeconômicos e de assassinatos no campo no período compreendido de 1995 até 2022, entre os governos de Fernando Henrique até Bolsonaro, pela perspectiva do conceito de necropolítica (Mbembe, 2018). Dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais, inicia-se pelas contribuições metodológicas que conduziram a resultados significativos da natureza das mortes no campo e da desigualdade na região Amazônica, seguido por um debate teórico e conceitual que fomentou as discussões e, por fim, a análise dos dados.

Obituário territorial da Amazônia: contribuições metodológicas

Esta pesquisa envolveu aspectos quantitativos e qualitativos com o objetivo de compreender as contradições da produção do espaço rural amazônico por meios violentos. Apesar de apreciar a máxima marxista que reconhece a violência como uma expressão das lutas de classe (Marx e Engels, 2004), é fundamental compreender as minúcias do processo de acumulação na atualidade e o modo como ocorre diante do capitalismo agrário sul-americano e amazônico. A execução da dialética materialista desta análise se baseou na implementação de três procedimentos: levantamentos, sistematização e representação de dados quantitativos sobre produção, indicadores sociais, além de dados sobre assassinatos no campo; elaboração de banco de dados baseado na implementação de pesquisa documental em fontes jornalísticas sobre os assassinatos para compreender a natureza, os detalhes e os padrões; e revisão bibliográfica para a construção de um arcabouço teórico-analítico para fazer a leitura e interpretação dos dados, além de compreender o estado da arte do debate.

Os dados analisados são oriundos de diferentes naturezas, sendo eles vindos de fontes governamentais, trabalhos realizados e outros propostos originalmente pela autoria deste trabalho sob a construção de um banco de dados baseado na análise documental de material jornalístico. Para entender e caracterizar parcela da fronteira agrícola na Amazônia, valorizando sua espacialidade e formação socioterritorial, elencamos um conjunto de variáveis representativas das principais *commodities* e culturas. Mesmo diante das diferentes formas de produzir e se alimentar na amazônia, destacamos aqui a mandioca, o açaí, o arroz e o feijão como culturas expressivas e integrantes da dieta alimentar regional. A soja, o algodão, o dendê e ainda o gado bovino são expressões da fronteira agrícola que substituí a floresta e diversos modos de vida pela monotonia dos monocultivos. As pesquisas da agricultura e da pecuária municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trazem esses números. Dados econômicos (produção e área plantada) e socioeconômicos (indicadores sociais) foram necessários para fazer uma leitura que abordasse as condições técnicas, estruturais e principalmente sociais da região, estes o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Atlas da Questão Agrária Brasileira (Girardi, 2008) e o Censo Demográfico (IBGE) mostram parte da realidade. Portanto, os dados foram analisados a partir de gráficos e mapas e também na sua série histórica.

Para criar condições e elementos para analisar a violência na fronteira amazônica, desenvolvemos um banco de dados sobre assassinatos ocorridos entre 2015 e 2022. Seu desenvolvimento ocorreu em duas etapas: primeiramente, utilizamos dados do Relatório de Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com informações sobre vítimas, datas e locais dos crimes. Em seguida, aprofundamos as análises com pesquisas online em notícias de jornais nacionais, regionais e locais, buscando detalhes adicionais como causa da morte, status de investigação e histórico de ameaças. A intenção foi conseguir dados do grau de violência, perfil de criminosos e vítimas, arma do crime, motivações etc., permitindo maior compreensão da natureza dos conflitos territoriais na Amazônia.

Novos atributos, como tipo de arma, horário do crime e motivações, foram incluídos para detalhar as intenções. Cada caso foi investigado minuciosamente, priorizando fontes mais detalhadas, e as notícias foram arquivadas em uma pasta do *Google Drive*, podendo ser consultadas e revisadas. As tabelas foram preenchidas a partir delas, mantendo a terminologia original, e em alguns casos, com interpretações dessas informações. Nem todos os casos puderam ser analisados completamente devido à falta de informações. Após a sistematização dos dados, as colunas organizadas serviram de base para análises precisas. Os dados foram

padronizados e usados para gerar gráficos e mapas, utilizando *Microsoft Excel 2016* e *ArcGIS 10.5*.

Parte central do estudo foi a revisão bibliográfica, sobretudo, acerca da questão agrária do Brasil, da fronteira agrícola e dos conflitos no campo na região amazônica. Dessa forma, conflitualidade é um dos conceitos-chave para este estudo, assim como território e produção do espaço, resultado e condicionante desse embate sob o olhar da luta de classes, além da necropolítica que auxilia no entendimento da omissão à resolução de conflitos e assassinatos no campo por parte do Estado. Também foram usados conceitos complementares como Plantationoceno, acumulação por espoliação/expropriação, elite do atraso e a resistência sociopática à mudança social.

Assim, a partir desses conceitos e arcabouço teórico construído, obteve-se uma base para a leitura crítica dos dados levantados e sobre a fronteira agrícola no seu contexto histórico e atual, considerando a violência no campo, a disputa territorial e a falta de ações por parte do Estado para proteger as populações tradicionais.

Produção do espaço e desenvolvimento territorial

As múltiplas formas de produzir espaço envolvem a natureza e a sociedade composta por uma diversidade de classes, grupos, identidades, gêneros, etnias etc., que convivem e disputam a apropriação e manutenção dos meios de produção e dos recursos. Lefebvre (2013) destaca que, utilizando os elementos fornecidos pela natureza, os sujeitos, movidos por suas intenções, produzem para satisfazer suas necessidades. No entanto, essa capacidade produtiva resulta em complexos produtos-produtores denominados espaço, territorializados por uma ampla gama de sujeitos e diferentes tipos de relações políticas, econômicas, sociais e culturais. A produção e reprodução do espaço, impactada e impactante nessas relações, evidencia a importância da dimensão temporal na análise espacial para entender suas dinâmicas.

A natureza é criadora e não produtora, porque ela não tem o mesmo grau de consciência que o ser social, se distanciando das transformações da natureza envolvidas por distintas intencionalidades que podem se chocar ou não. Uma infinidade de atributos povoam essas relações socioespaciais, cabendo destaque para os que compõem a produção, o consumo, a circulação, a troca etc., que produzem o espaço. A partir dessa materialidade, as relações socioespaciais são construídas, assim como a organização espacial, e traduzem

diferentes arranjos conflituosos. A maneira que os grupos humanos diversos se relacionam entre si e sua relação com o espaço caracteriza a produção do espaço (Lefebvre, 2013).

Acerca da questão da produção do espaço, Santos (1985) contribui quando coloca o espaço também como um sistema de objetos e ações (fixos e fluxos geográficos) de caráter indissociável, solidário e contraditório, dando mais nuances nas formas pelas quais o ser humano se relaciona entre si e com o espaço. Ainda segundo o autor, as técnicas influenciam nessas relações sociais, abrindo um leque de possibilidades para novas formas de ações e maneiras de se relacionar. Sendo assim, esse acúmulo desigual de tempos altera as formas espaciais e as relações envolvidas, produzindo e reproduzindo o espaço.

Definido desde espaço de governança até como construção e expressão social e cultural, sendo material ou imaterial, a noção de território ajuda na compreensão dessas relações nesse sentido. Fernandes (2009) coloca que as relações sociais produzem territórios diferentes. A maneira singular que cada classe ou grupo entende o território se diferencia de outras formas. Ainda segundo o autor, a disputa por elementos que cada território possui fomenta um contencioso territorial entre os diferentes sujeitos carregados de intencionalidades adversas. O enfrentamento das questões em pauta nos conflitos, fruto do permanente desacordo entre as partes envolvidas, é resultado do processo da conflitualidade que exige outras formas de organização da sociedade e mudanças da ordem social vigente (Fernandes, 2005b).

O território capitalista, representado pelo latifúndio e o agronegócio, territorializa-se na floresta amazônica por meio do avanço da fronteira agrícola. Eles desterritorializam várias formações territoriais não-capitalistas que se encontram no caminho. Isso resulta numa conflitualidade que, para além do conflito, estão inseridos simbolismos e ideologias que acirram as pressões sociais. Segundo Harvey (2006), a concentração econômica gera distorções políticas e alguns grupos econômicos começam a aniquilar o território de outros para avançar com a produção capitalista do espaço. Por exemplo, os territórios indígenas na Amazônia são produzidos por esses mesmos sujeitos que entendem a terra de uma forma que está intimamente ligada à sua cultura e à sua cosmologia (Kopenawa e Albert, 2015; Krenak, 2021). Desde a colonização, esses povos sofrem com a desterritorialização e invisibilização de suas identidades. Esse processo continua com projetos como o marco temporal indígena e a construção de grandes rodovias.

Os territórios camponeses, desejando a terra para viver e garantir sua subsistência, também estão à mercê da expropriação provocada pelo capitalismo, que visa a terra como

lucro (Guerra, 2013). Pode-se citar ainda os territórios quilombolas e de outras populações tradicionais. Esses sujeitos chamam atenção para o reconhecimento de seus direitos originários e para a demarcação de suas terras, resistindo cada qual segundo sua forma coletivamente e se organizando em movimentos (Fernandes, 2005a). O embate entre “terra para lucrar” e “terra para viver” (Guerra, 2013), gera conflitualidade vista por Fernandes (2005b) como expressão estrutural das contradições do modo de produção capitalista que cria uma questão agrária complexa na Amazônia. Cada uma desses modelos de desenvolvimento territorial produz um tipo diferente de território que se fundamenta também em uma disputa permanente de ideias e propostas para a apropriação do espaço e do Estado (Fernandes, 2009).

No que tange à Amazônia, são muitos os desafios e as possibilidades, por conta disso, geram-se propostas diferentes de desenvolvimento, e estas podem ser contrárias aos interesses de determinados grupos, o que resulta em conflitos (Becker, 2004). Entretanto, Fernandes (2005b) defende que a conflitualidade ocorre ao mesmo tempo que o desenvolvimento territorial, porque as modificações sucedidas na sociedade são contestadas por outros grupos, pressionando para que haja uma nova ordem, desdobrando-se em outras modificações.

Fronteira agrícola: alvos da violência no Plantationoceno

Plantation era o sistema de exploração colonial com o foco em grandes monoculturas, produção em larga escala, produtos voltados para o mercado externo e utilização de mão de obra escravizada (Wolford, 2021). Sua implementação no Brasil durou mais da metade da sua história, tendo início na colonização portuguesa. Mesmo após sua independência e abolição da escravatura, o país sofreu grandes consequências e viveu, e ainda vive, impactos desse modelo de ocupação. A esse período da história, em várias partes do mundo, alguns autores denominam como Plantationoceno (Wolford, 2021) e tentam explicá-lo como uma era que perdura da Idade Moderna até a contemporaneidade. As características do sistema de *plantation* permanecem e contribuem para a manutenção e aprofundamento da estrutura social, política e econômica vigente que dita os rumos e os movimentos da sociedade, além de produzir impactos ambientais. A fronteira agrícola também é expressão dessa estrutura social, respondendo ao avanço das relações capitalistas no campo que alimentam a expansão e territorialização do sistema de *plantation*.

Segundo Silva (1982), para aumentar a produção há duas formas que não necessariamente se excluem: incorporação de novas terras à produção ou intensificação e aprimoramento da produtividade nas áreas já cultivadas. Essa incorporação de novas terras é o

entendimento mais comum do que é fronteira agrícola. A grande questão é que existem muitas terras ociosas, portanto a fronteira agrícola não é uma necessidade, mas uma ambição, já que ela incentiva fluxos de capitais e pessoas, atendendo aos interesses do capitalismo (Silva, 1982). Para tanto, sua “conquista” requer persistência, pois são diversos os desafios, tanto físico-naturais quanto socioeconômicos, principalmente infraestrutura, exigência da frente pioneira (Monbeig, 1984).

Durante essa expansão, a fronteira agrícola também é lugar de encontro com o outro e da criação ou tomada de ações com base na construção do discurso da diferença. Antes da frente pioneira, isto é, a apropriação econômica da fronteira (grandes investimentos de infraestrutura, produção de monocultivos, fluxos de capitais, ocupação intensa, pressões sociais e demográficas) há a frente de expansão (ocupação feita por uma população), como apontado por Martins (1997). O autor explica que há diferentes modos de ser e viver naquele espaço, o avanço da frente pioneira encontra pelo caminho populações que chegaram primeiro, que estão territorializadas, e que entendem e utilizam a terra de outra maneira. Por terem tomado projetos históricos diferentes, esses grupos diversos, agora juntos no mesmo espaço, estão numa situação complexa acirrada pelo capital, resultando em uma disputa territorial pela terra.

Segundo Marx (2000), que viveu no século XIX e testemunhou fenômenos dentro do contexto histórico de sua época marcado principalmente pela Revolução Industrial, para a expansão do capital e a reprodução do modo capitalista de produção, é preciso que haja concentração dos meios de produção nas mãos de somente uma classe que, no caso, é a classe burguesa dominante, os capitalistas. No entanto, a classe não dominante, a que vai ser chamada de classe proletária e os camponeses, detém alguns dos meios de produção, como a terra. Dessa forma, os capitalistas irão empreender esforços para despojar essas pessoas de tais recursos, visto que é essencial desvinculá-los desses meios para convertê-los em trabalhadores. O trabalhador é separado dos meios de produção por meio da expropriação, que segundo Marx (2000) acontece de maneira coercitiva e violenta. Expropriado, ele terá somente sua força de trabalho para vender e deverá trabalhar para o capitalista para garantir sua existência. Esse processo de concentração dos meios de produção nas mãos da classe burguesa e a expropriação dos trabalhadores é o que Marx (2000) chamou de “acumulação primitiva”, o processo histórico que originou o capitalismo como conhecemos hoje.

No contexto atual, Harvey (2004) apresenta outra análise desse processo histórico. O autor cunhou o termo “acumulação por espoliação”¹ para descrever os processos

contemporâneos de concentração dos meios de produção, uma continuação do que Marx havia previamente denominado de acumulação primitiva. Algumas características da acumulação por espoliação, de acordo com Harvey (2004), incluem desde privatizações (indústrias nacionais e bens comuns) à exploração e transformação de relações pré-capitalistas em relações capitalistas, além da utilização de coerção e violência e manipulação do sistema financeiro com fraudes e especulação. O papel do Estado, segundo Harvey (2004), é crucial na concentração dos meios de produção na contemporaneidade, podendo atuar de maneira direta ou indireta. O advento do neoliberalismo teve adoção de políticas econômicas que são frequentemente orientadas para interesses predatórios e distantes do bem-estar coletivo. Junto a isso, ocorre a expropriação de trabalhadores que são deslocados de seus locais de origem.

Como também colocado por Martins (1980), o trabalho é subjugado pelo capitalismo, a expropriação das populações locais de suas terras, sobretudo na Amazônia, interessa ao grande capital. O autor também pontua o Estado e suas ações de desapropriações, já que o Estado, controlado pela classe dominante, promove ele mesmo certas políticas para favorecer o grande capital. Exemplificando isso, Oliveira (1987, 1988) debate vários projetos e políticas governamentais desse tipo na Amazônia, além de conflitos, assassinatos, lutas e revoltas levantadas em virtude disso.

Necropolítica: um instrumento da territorialização do capitalismo?

Como foi discutido até aqui, a penetração do capitalismo no campo acarretou transformações profundas nas dimensões social, política e econômica do território brasileiro. Contudo, há algumas contradições nesse suposto progresso na região amazônica. A violência persistente é apenas uma delas, já que os avanços tecnológicos e os benefícios do desenvolvimento não atingem a todos. A renda obtida e a distribuição de terras seguem bastante concentradas, como mostrará a análise de dados.

A burguesia, detentora dos meios de produção, devolve nada ou muito pouco para a sociedade. Parte dela não parece se importar com as más condições que as populações do campo estão vivendo, porque além de sofrerem com a violência na região elas ainda são marginalizadas. Fernandes (1976b) caracteriza essa resistência à mudança social como sociopática, pois ao invés de desenvolver e diminuir as desigualdades e promover o bem-estar, parte dessa classe é conivente e omissa com as mazelas da sociedade. É sociopática não no sentido psicológico da palavra, mas sim no sociológico, existe uma enorme falta de empatia para com essas populações desamparadas. A questão agrária também é feita de

elementos que rompem com a dignidade humana. Sujeitos dessa classe mais alta temem perder seus privilégios se abrirem espaço político para esses temas de progresso social, principalmente no campo, por isso tentam minar quaisquer possibilidades disso acontecer (Fernandes, 1976b).

Essa mentalidade das elites de não desenvolver socialmente o país e degradar ainda mais as classes baixas caracteriza para Souza (2017) a “elite do atraso”. O país tem uma história agrária muito relevante, desde a colonização portuguesa, que o formou e que modelou parte da sua estrutura política nos anos que se seguiram até a atualidade. Há resquícios dessa história e estrutura que não foi rompida completamente, apenas se atualizou na contemporaneidade (Souza, 2017). A má distribuição de terras, o racismo estrutural, a presença marcante de uma elite rural que possui forte predominância na política e na economia no cenário nacional são alguns exemplos dessas marcas do passado, que estão relacionadas com os conceitos de biopoder e biopolítica por causa da sua ligação com os corpos das populações.

Para compreender a necropolítica, posto por Mbembe (2018), é essencial abordar os conceitos de biopoder e biopolítica, por Foucault (1999, 2008). O autor descreve o biopoder como a aplicação do poder político sobre os corpos das pessoas, exemplificado, historicamente, na era dos Estados absolutistas, até o século XVIII, em que os reis possuíam o poder de determinar quem deveria viver ou morrer, segundo uma ordem dita “divina”.

A biopolítica, por sua vez, surgiu a partir do final do século XVIII, envolvendo preocupações que visavam ao bem coletivo, abrangendo temas como controle populacional, saúde, medidas sanitárias e previdência (Foucault, 1999). Essas preocupações passaram a ocupar o cenário político e público, atraindo a atenção dos Estados e demandando ações para o exercício do poder estatal sobre elas. A biopolítica direciona-se tanto para o indivíduo quanto para o coletivo, manifestando-se por meio de políticas públicas destinadas a gerir a vida. É muito desafiador para o Estado regulamentar a vida da sua população dentro do território, por isso, segundo Foucault (2008), para sua implementação há alguns mecanismos como a disciplina, que lida com a multiplicidade e diversidade da sociedade, e a segurança, que aborda adversidades inesperadas, como a fome, a escassez e a urbanização desenfreada.

Mbembe (2008) expande a análise de Foucault (1999, 2008) sobre o biopoder e a biopolítica introduzindo o conceito de “necropolítica”. De acordo com Mbembe (2018), a necropolítica envolve medidas que, em determinadas situações, favorecem a eliminação de certos grupos e sujeitos. O Estado muitas vezes formula justificativas que são

descaracterizadas para realizar suas reais intenções ao exercer seu “necropoder”. Tanto a biopolítica quanto a necropolítica servem aos interesses do Estado. Consequentemente, determinadas populações são consideradas “descartáveis” em relação aos grandes projetos do Estado, que prometem desenvolvimento e progresso para a nação como, por exemplo, as hidrelétricas, a exploração mineral e o agronegócio.

Outro conceito que complementa a necropolítica é o de “Estado de exceção” (Agamben, 2007). O Estado de exceção se caracteriza pela suspensão da constituição e dos princípios democráticos, permitindo ao governo exercer poderes extraordinários e adotar medidas excepcionais fora das normas jurídicas estabelecidas. O governo geralmente formula justificativas para instaurar essa ordem a fim de se legitimar, com o propósito de resolver problemas ou implementar políticas de maneira mais ágil. O Estado de exceção não necessariamente rompe por completo com a constituição vigente, ele pode estar ancorado em legislação específica. No entanto, pode ser autoritário e desviar-se da lógica originalmente concebida, muitas vezes servindo como uma ferramenta para aplicar tanto a biopolítica quanto a necropolítica, além de se inserir no contexto da acumulação de capitais pela espoliação.

No contexto da violência vivida na Amazônia, o biopoder também faz parte quando se olha o histórico do Brasil: a classe dominante que detinha o poder econômico a levava a controlar o poder político, exercendo-o sobre os corpos das populações ao seu favor (Freyre, 1992; Souza, 2017). Parte dessa elite se enxerga ainda no direito de exercer esse poder. Durante os períodos colonial e imperial do país, principalmente sobre os negros escravizados, seus corpos eram controlados. O extermínio de certos indivíduos, historicamente, foi uma das maneiras de se apropriar da terra, principalmente de indígenas, tanto durante a colonização quanto no governo da ditadura militar. Inclusive, foi a partir desse governo, atendendo aos interesses e anseios desenvolvimentistas dos militares e da classe dominante, em que se intensificaram conflitos no campo com o avanço da fronteira agrícola na Amazônia (Martins, 1980). Não eram só indígenas que eram assassinados, eram posseiros, populações sem-terra, extrativistas, lideranças e padres que defendiam a vida dessas pessoas (Oliveira, 1988).

A participação direta ou indireta do Estado em favor do latifúndio e do agronegócio, como incentivos econômicos e programas, evidencia o alinhamento do governo com os interesses específicos do capital. Além disso, a omissão e a falta de ações para combater a violência no campo, principalmente os assassinatos, refletem o caráter necropolítico do governo fazendo uso do aparato estatal, permitindo ou sendo conivente com a eliminação de certos grupos humanos (Mbembe, 2018). O discurso empregado pelos governos prometendo

vagamente “progresso” e “desenvolvimento” marca também a necropolítica quando se analisa a atitude do Estado (de exceção) como técnica de governo, tomando medidas excepcionais que contrariam a constituição (Agamben, 2007). Os dados sobre os assassinatos no campo deixam clara parte dessa realidade.

A terra sob sangue : a fronteira agrícola amazônica em dados

Sobre assassinatos no campo

A concentração dos assassinatos localiza-se nos estados de Rondônia, Maranhão e Pará, sendo este último o que possui os números mais elevados (Tabela 1). Mato Grosso vem logo em seguida equiparando-se a esses estados nesta triste marca. Amazonas e Roraima apresentaram expressivo aumento no número de mortes, principalmente o primeiro por estar num patamar mais elevado. Acre e Amapá possuem os números mais baixos, e Tocantins aparece um pouco acima deles.

Tabela 1: Assassinatos no campo na Amazônia por UF e governos (1995 a 2022)

Unidade da Federação (UF)	FHC 1995 - 2002	Lula 2003 - 2010	Dilma* 2011 - 2016	Temer 2016 - 2018	Bolsonaro 2019 - 2022	Total UF
Acre (AC)	4	1	2	-	1	8
Amazonas (AM)	8	6	7	3	15	39
Amapá (AP)	1	-	-	-	3	4
Maranhão (MA)	15	19	34	8	25	101
Mato Grosso (MT)	19	24	12	11	7	73
Pará (PA)	113	131	57	39	20	360
Rondônia (RO)	16	19	50	31	20	136
Roraima (RR)	-	3	5	1	10	19
Tocantins (TO)	5	5	3	-	4	17
Subtotal - UFs	181	208	170	93	105	757
Total - Brasil	292	304	231	114	132	1.073

*2016 foi o ano em que Dilma foi deposta e seu vice, Temer, assumiu em 31 de agosto de 2016. No resto do ano, depois que Temer assumiu a presidência, registrou-se 15 assassinatos no campo no Brasil, sendo 13 na Amazônia. Até a deposição de Dilma foram 46 casos no Brasil, sendo 35 na Amazônia em 2016.

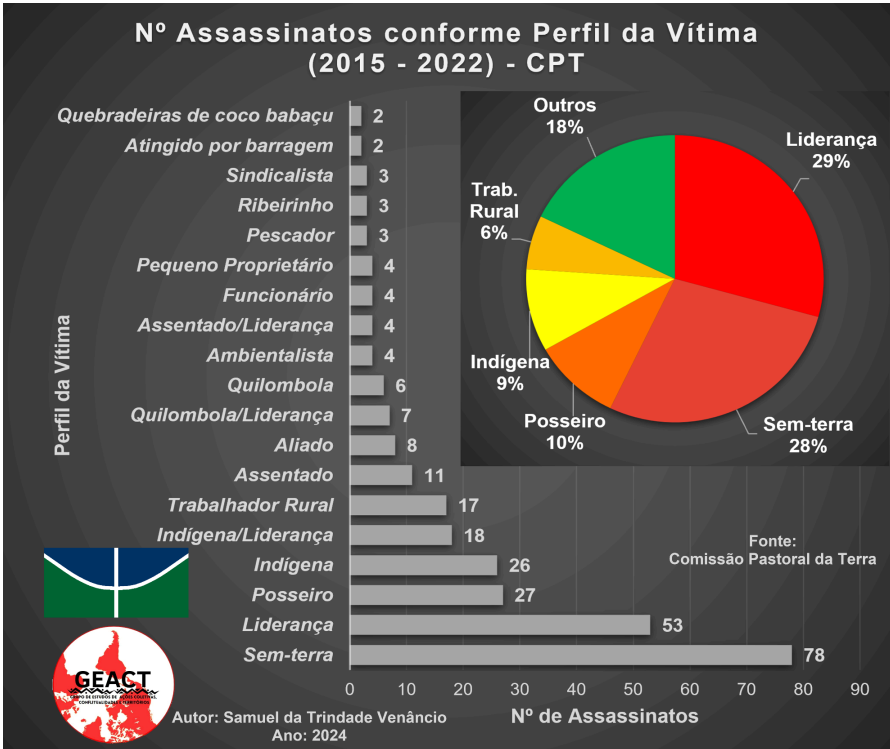
Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 1995 a 2022. **Org.:** Samuel da Trindade Venâncio, 2024.

Praticamente mais da metade dos casos de assassinatos no campo que acontecem no Brasil, nos períodos analisados, estão na Amazônia (cerca de 70,54%). Verificando os casos por governos e seus respectivos mandatos, observa-se que os governos Lula, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Dilma possuem os maiores números absolutos no que diz respeito

à Amazônia. No entanto, proporcionalmente ao total de casos do país, os governos Temer (cerca de 81,57%) e Bolsonaro (cerca de 79,54%) possuem os maiores índices em comparação com aqueles (cerca de 61,98% no governo FHC, 68,42% no Lula e 73,59% no Dilma). No governo Temer houve avanço de políticas neoliberais que penetraram também na Amazônia (Sobreiro Filho *et al.*, 2018) que se mantiveram e foram mais além no governo Bolsonaro, uma continuação. Foram baixos os números de famílias assentadas², assentamentos criados e terras indígenas demarcadas. Inclusive, viu-se no governo Bolsonaro um discurso aberto de ataques e de ódio³ a essas políticas e a grupos a eles destinados, principalmente indígenas, não só a eles, mas também a outros grupos sociais e desmonte da fiscalização ambiental, o que poderia ser caracterizado como uma violação de direitos humanos (Ferrante, 2021).

Ao todo, no período de 1995 a 2022 foram 757 assassinatos, entre as vítimas estão camponeses, trabalhadores rurais, sem-terra, indígenas, quilombolas, extrativistas, ambientalistas, entre outros, mas principalmente lideranças. No período de 2015 a 2022, foram 82 lideranças assassinadas representando cerca de 29% dos casos (Gráfico 1). Logo atrás vem sem-terra com 78 casos representando cerca de 28%, depois posseiros com 27 casos (10%) e indígenas com 26 (9%).

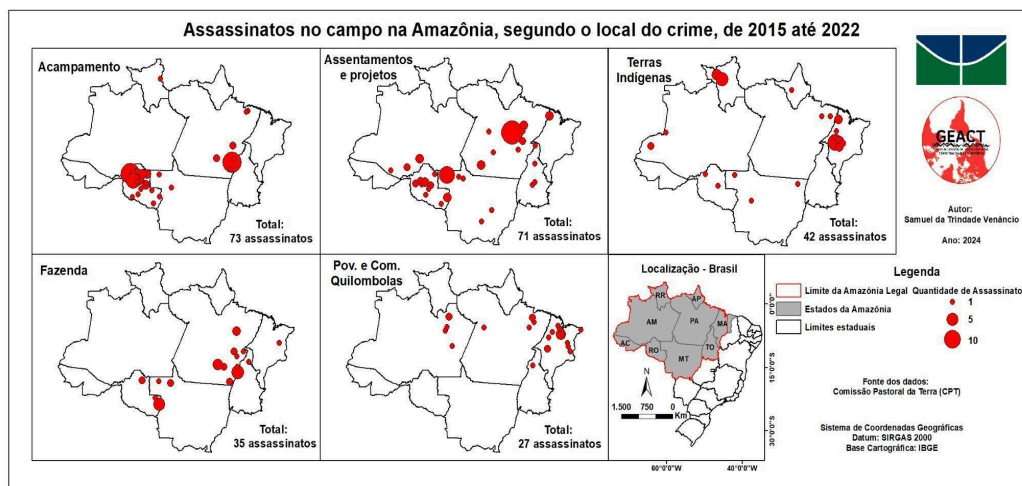
Gráfico 1: Número de assassinatos conforme perfil da vítima (2015 a 2022)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2015 a 2022. **Org.:** Samuel da Trindade Venâncio, 2024.

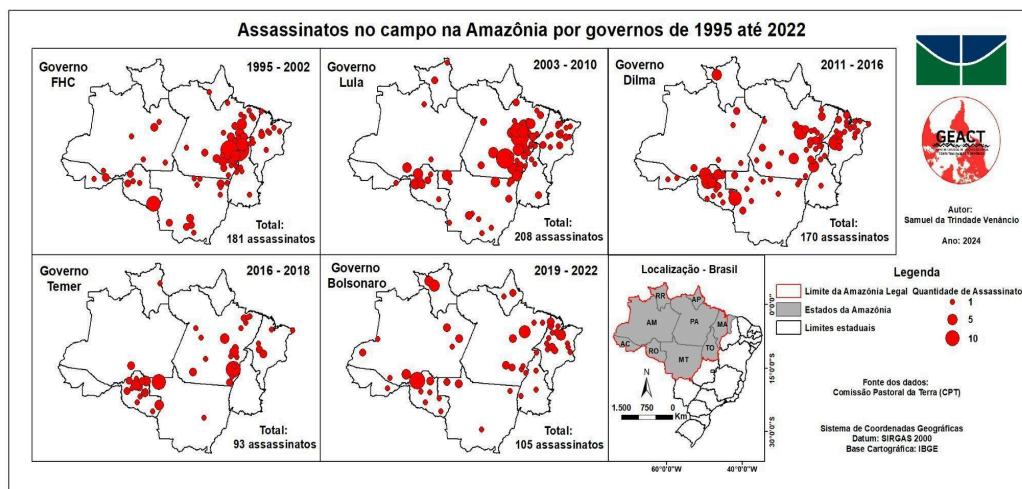
Durante o governo da ditadura militar não se foge muito dessa análise. Nos anos de 1964 a 1985 esses perfis já eram perseguidos, além de outros como agentes pastorais (MST, 1987; Oliveira, 1988). Mais contemporaneamente, nem mesmo defensores do meio ambiente e da vida desses grupos vulneráveis, como ambientalistas e advogados, estão a salvo. Nota-se uma certa especialização das mortes, já que perfis específicos estão sendo mais assassinados que outros (Sobreiro Filho e Manaças, 2018) e em áreas de conflitos em que se acirram esse tipo de conflitualidade (Mapa 1). Observa-se um crescente número e concentração de mortes pelos estados da Amazônia Legal (Mapa 2), tanto na frente oriental (nordeste e sudeste do Pará e oeste do Maranhão) como na frente ocidental (norte de Rondônia e noroeste de Mato Grosso)⁴ ao longo dos anos. A tendência é, se seguir o ritmo e a direção, adentrar cada vez mais a região.

Mapa 1: Assassinatos no campo na Amazônia, segundo local do crime (2015 a 2022)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2015 a 2022. **Org.:** Samuel da Trindade Venâncio, 2024.

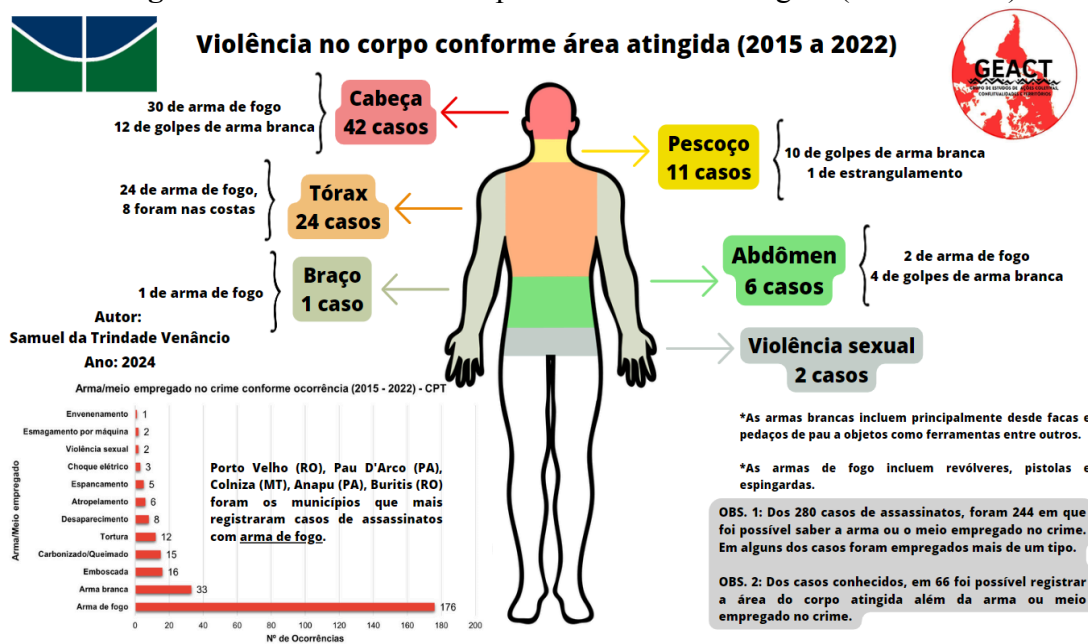
Mapa 2: Assassinatos no campo na Amazônia por governos de 1995 até 2022



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 1995 a 2022. **Org.:** Samuel da Trindade Venâncio, 2024.

Quanto a violência no corpo, do que foi possível conhecer por meio das notícias, 196 matérias ao todo, essa brutalidade mais específica de 280 casos, entre os anos de 2015 e 2022, numa perspectiva mais qualitativa da análise, os dados evidenciam a arma de fogo como o meio empregado mais eficaz para matar e a cabeça como parte do corpo mais agredida (Infográfico 1). Observa-se que as partes mais atingidas do corpo são a cabeça, o tórax e o pescoço, membros mais sensíveis e vitais do corpo humano.

Infográfico 1: Violência no corpo conforme área atingida (2015 a 2022)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2015 a 2022. **Org.:** Samuel da Trindade Venâncio, 2024.

Foram 176 casos de arma de fogo (incluindo espingardas, revólveres e pistolas), 33 de arma branca (objetos contundentes, ferramentas, pedaço de pau etc.), 16 emboscadas, 15 queimados ou carbonizados e 12 torturados. Em muitos casos há mais de um meio empregado. Há também outros meios utilizados em menor proporção comparados com os outros, mas tão violentos quanto como atropelamento, desaparecimento, choque elétrico, espancamento, violência sexual e até envenenamento.

Quase um quinto dos casos há ocorrência de ameaças antes do crime, as vítimas geralmente denunciam e pedem proteção, porém o Estado pouquíssimas vezes toma as devidas providências. Assim, mostra-se a negligência do Estado com esses casos de violência. Entre os tipos de ameaça estão agressões físicas, recados e tentativas de homicídio. Às vezes a família está presente no crime, companheiro (a), filho (a) etc., foram pelo menos 60 casos, que é obrigada a assistir à violência, e é ferida ou morta no processo. Houve morte de familiar junto com a vítima em pelo menos 16 desses casos.

Em quase um quinto dos casos houve ocorrência de ameaças antes do crime, as vítimas geralmente denunciam e pedem proteção, porém o Estado pouquíssimas vezes toma as devidas providências. Assim, mostra-se a negligência do Estado com esses casos de violência. Entre os tipos de ameaça estão agressões físicas, recados e tentativas de homicídio.

Os criminosos geralmente são pessoas “contratadas” para fazer esse tipo de serviço, conhecido também como “pistolagem”. Às vezes trata-se dos “consórcios da morte” em que grandes latifundiários dividem entre si o valor a ser pago para quem aceita fazer tal violência (Sobreiro Filho e Manaças, 2018). Como a maioria dos casos não houve conclusão dos inquéritos e prisões nas investigações, não é possível aprofundar o tipo de perfil dos criminosos, mas contextualizando a violência da região específica pode-se dizer que são pessoas em atividades ilegais (garimpeiros e madeireiros), fazendeiros, pistoleiros, jagunços e em alguns casos a própria polícia, evidenciando a violência direta do Estado pelo seu braço armado.

No que se refere ao status de investigação, os dados mostram que na maioria dos casos não houve prisão de suspeitos, boa parte foram colocados como “em investigação”, e um pouco mais da metade não se pôde saber o status de investigação por meio das notícias. Na verdade, pouco menos que um quinto dos casos houve de fato prisão de suspeitos, alguns foram até liberados ou estão esperando julgamento. Já quanto à motivação dos crimes, identificam-se os conflitos agrários (disputa por terras, ocupação, demarcação etc.) como o principal motivo, sendo 96 casos. Em seguida vem por ser simplesmente liderança com 55 casos, depois resistência indígena com 24 e por fazer denúncias de atividades ilegais com 23.

Sobre o local, pelo menos 46 casos foram registrados dentro da casa da vítima, de seus conhecidos ou familiares, 33 em margens de estrada, 28 em áreas de ocupação, 22 em local público (rua, praça, estabelecimento comercial etc.), 19 próximo do local de trabalho e 19 próximo de casa. Outros locais em menores proporções foram na mata, margens de rio, veículos, açudes, base ou posto de órgão público etc. As principais mídias consultadas foram de noticiários envolvidos com a questão social desses grupos e preocupadas com as populações que sofrem com esse tipo de violência (Amazônia Real, De Olho nos Ruralistas, Racismo Ambiental, CIMI, MST, Brasil de Fato etc.). Boa parte das informações das notícias foram coletadas também de mídias de grande repercussão (G1), e algumas estrangeiras (*El País*). Alguns foram pesquisados em mídias pequenas e de caráter mais local, ou fontes de notícias diversas.

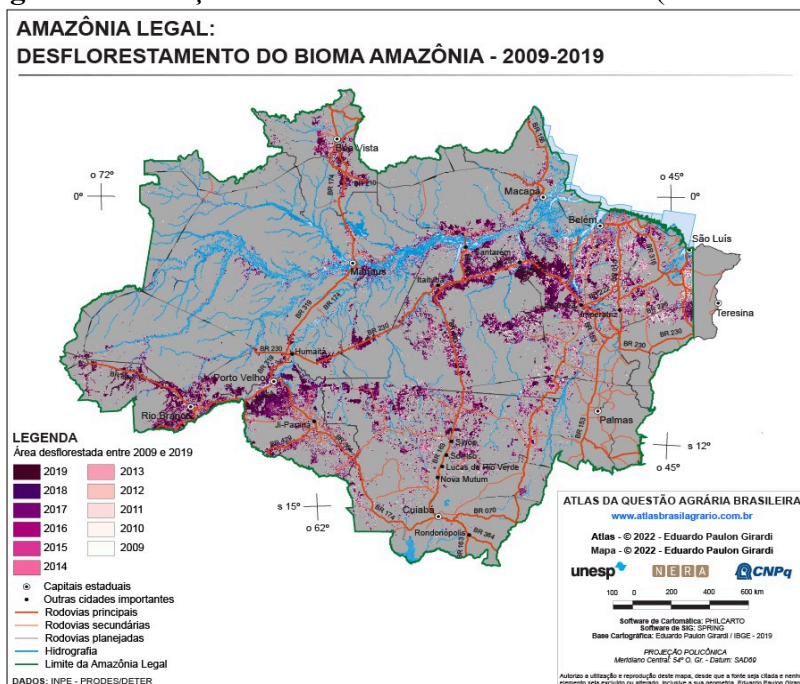
Sobre commodities

Para entender a ocupação da Amazônia pelas *commodities*, é essencial compreender o ciclo do desmatamento na região. Fearnside (2022) aponta que as principais causas são as forças internas políticas e econômicas. Inicialmente, são retiradas as árvores com a madeira mais valorizada, seguido pela derrubada do restante da vegetação, que é então queimada. Com a mata desmatada, é fácil abrir terras para pecuária ou agricultura. A abertura de rodovias e investimentos em infraestrutura também incentivam o desmatamento, atraindo grileiros (Fearnside, 2022).

O solo valorizado leva à especulação da terra, prática comum entre grileiros, que lucram com a sua venda (Oliveira, 2007). Esse desmatamento predatório causa sérios impactos ambientais, como perda de biodiversidade, impactos no ciclo hidrológico e aumento das emissões de gases de efeito estufa (Fearnside, 2022). Após o avanço da pecuária no Cerrado, a Amazônia tornou-se o último espaço a ser integrado economicamente ao território nacional, especialmente desde o início da ditadura militar na década de 1960 (Oliveira, 1987, 1988). O aumento do rebanho bovino no Brasil, intensificado a partir da década de 1990, ocorreu principalmente na Amazônia Legal devido ao desmatamento favorecido por políticas e pela situação econômica da época (Fearnside, 2022). Atualmente, o cenário continua⁵(Figura 1).

Antes do plantio de *commodities*, principalmente soja, há o avanço da pecuária. A terra apropriada, legal ou ilegalmente, é assim utilizada, que no curto prazo é mais lucrativa que a agricultura, além de facilitar a regularização fundiária (Martins, 1980; Oliveira, 2007). O tamanho do rebanho bovino brasileiro em 1995 era de 161.227.938 cabeças de gado, em 2022 esse número saltou para 234.352.649 cabeças (Tabela 2), representando um aumento de cerca de 45,35%. No total das unidades da federação da Amazônia Legal esse aumento foi de cerca de 178,16%, sendo Mato Grosso e Pará, historicamente nesse período analisado, os estados com os maiores rebanhos, com Rondônia na atualidade se somando a estes. Observa-se um avanço e concentração parecida com os de assassinatos no campo, principalmente no sudeste do Pará, norte de Rondônia e norte de Mato Grosso, a porção sul deste último também se destaca (Mapa 3). Em conjunto com dados de *commodities* agrícolas, entre elas o algodão, o dendê e especialmente a soja, nota-se sua expansão por essas mesmas áreas (Mapa 4).

Figura 1: Evolução do desmatamento na Amazônia (2009 a 2019)



Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira, 2008. **Org.:** Eduardo Paulon Girardi, 2008.

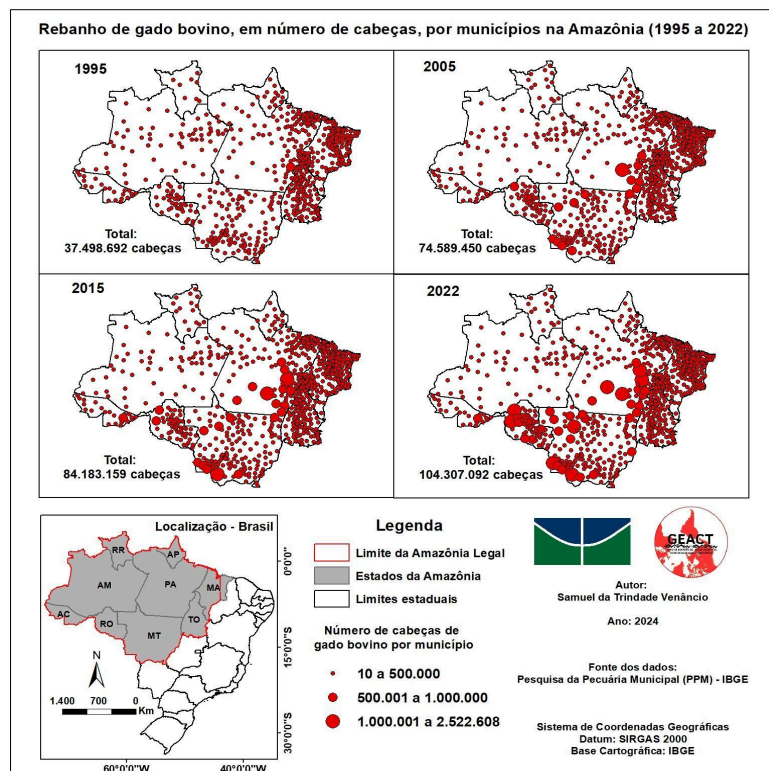
Tabela 2: N° de cabeças de gado bovino por UF da Amazônia Legal (1995 a 2022)

Unidade da Federação (UF)	1995	2005	2015	2022
Mato Grosso (MT)	14.153.541	26.651.500	29.364.042	34.246.313
Pará (PA)	8.058.029	18.063.669	20.271.618	24.791.060
Rondônia (RR)	3.928.027	11.349.452	13.397.970	17.688.225
Tocantins (TO)	5.544.400	7.961.926	8.412.404	10.772.509
Maranhão (MA)	4.162.059	6.448.948	7.643.128	9.428.128
Acre (AC)	471.434	2.313.185	2.916.207	4.635.381
Amazonas (AM)	805.804	1.197.171	1.293.325	1.558.283
Roraima (RR)	282.049	507.000	794.783	1.133.502
Amapá (AP)	93.349	96.599	89.682	53.691
Subtotal - UFs Amazônia Legal	37.498.692	74.589.450	84.183.159	104.307.092
Total - Brasil	161.227.938	207.156.696	215.220.508	234.352.649

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE, 2024. **Org.:** Samuel da Trindade Venâncio 2024.

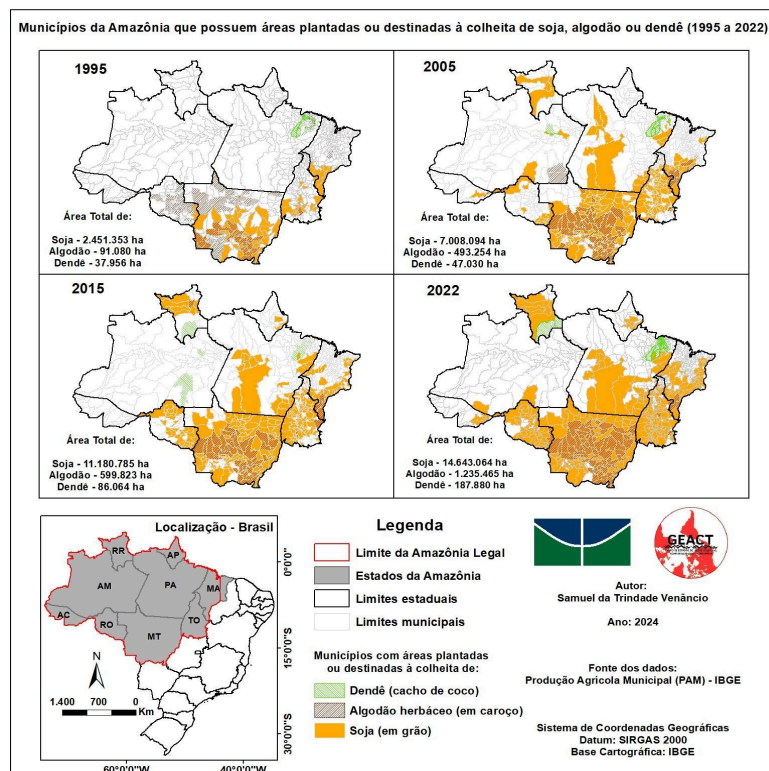
Ou seja, essas *commodities* agropecuárias se expandiram em conjunto e em municípios que registraram casos de assassinatos no campo. A área dessas culturas, em hectares, também aumentou consideravelmente. Justamente entre essas áreas, são frentes onde mais se registra o desmatamento e os conflitos por terra de diversos tipos como ameaças, denúncias de trabalho análogo à escravidão etc., registrados pela CPT.

Mapa 3: Rebanho de gado bovino na Amazônia (1995 a 2022)



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE, 2024. Org.: Samuel da Trindade Venâncio, 2024.

Mapa 4: Municípios com áreas de soja, algodão ou dendê na Amazônia (1995 a 2022)



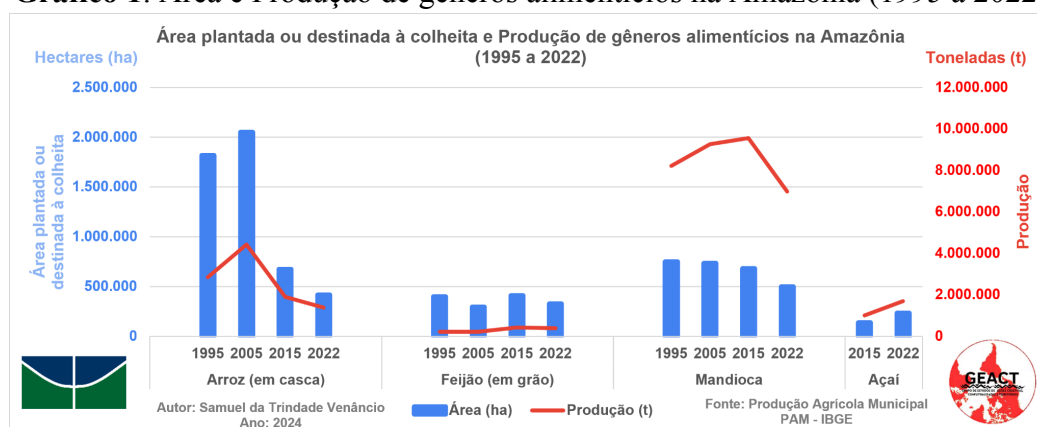
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE, 2024. Org.: Samuel da Trindade Venâncio, 2024.

A soja é a cultura, dentro das *commodities* agrícolas analisadas, a mais produzida e visada na região. Em 1995, sua área plantada era de 2.451.353 hectares com uma produção de 5.701.072 toneladas. Já em 2022, sua área era de 14.643.064 hectares (aumento de cerca de 497,34%) e produção de 50.074.442 toneladas (aumento de cerca de 778,33%). Um estudo de Freitas Júnior e Barros (2021) indica uma relação desse tipo de cultura com o adensamento de gado bovino, sugerindo que o aumento dessa agricultura aumenta também a atividade pecuária servindo como insumo para esta, e, inclusive, incentivando a competitividade pelo uso do solo na região.

Sobre gêneros alimentícios

Enquanto houve grande aumento na área plantada e na quantidade produzida de *commodities* da atividade agropecuária na Amazônia, houve no período analisado uma queda considerável de alguns gêneros alimentícios típicos da região (Gráfico 1). Em relação a área plantada ou destinada à colheita, levando em conta o ano inicial de 1995 e final de 2022, todas as culturas tiveram queda significativa, com exceção do açaí que teve aumento de cerca de 70,08%. Foi o arroz que teve a maior queda, cerca de 77,02%, a mandioca foi cerca de 33,23% e o feijão de cerca de 18,03%. Falando de quantidade produzida, feijão e açaí tiveram aumento de cerca de 80,68% e 68,50%. Já o arroz teve queda de cerca de 51,51% junto com a mandioca que foi cerca de 15,10%.

Gráfico 1: Área e Produção de gêneros alimentícios na Amazônia (1995 a 2022)



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE, 2024. **Org.:** Samuel da Trindade Venâncio, 2024.

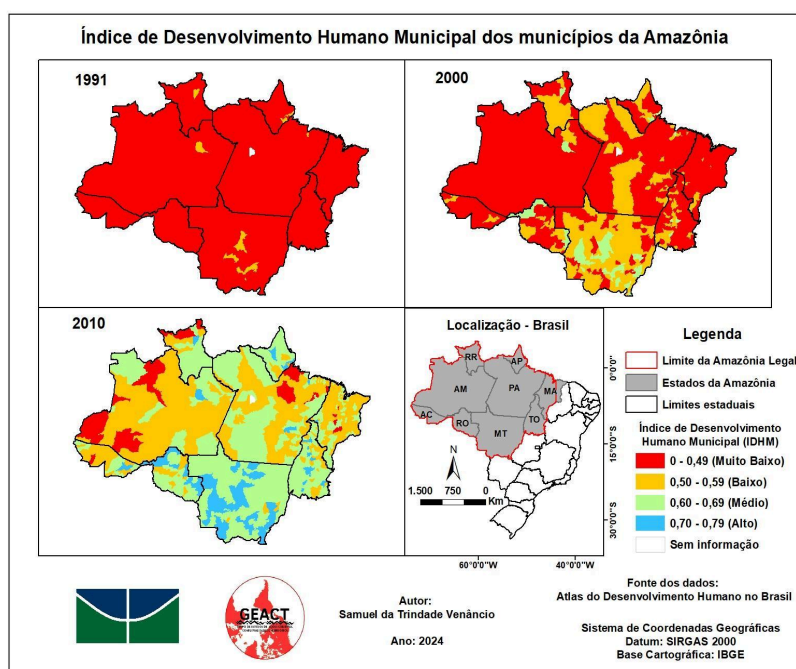
Sobre indicadores sociais e socioeconômicos

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é uma adaptação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) para a escala geográfica de um município. Leva em consideração em seu cálculo a

qualidade da educação, da saúde e da distribuição de renda. Quanto mais próximo de 1 maior é considerado o desenvolvimento. Em 1991 o IDHM dos municípios em praticamente toda região amazônica era considerado muito baixo. A partir do ano 2000 e depois 2010 isso começa a mudar, os índices aumentam significativamente para níveis ditos como médio ou alto (Mapa 5).

Duas coisas chamam a atenção: a primeira é que não existem municípios, até 2010, com o índice considerado muito alto, e segundo é que essa elevação começa justamente pelos municípios que se encontram nas áreas já mencionadas de concentração do desmatamento, de assassinatos, na produção de *commodities* agropecuárias etc., coincidindo com os períodos dessas variáveis já analisadas aqui.

Mapa 5: IDHM da Amazônia (1991, 2000 e 2010)

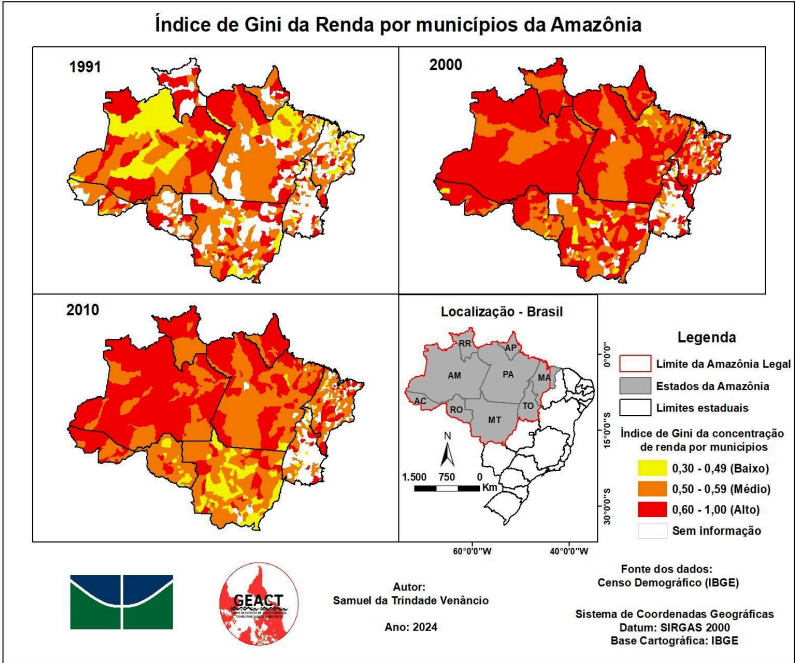


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2024. **Org.:** Samuel da Trindade Venâncio, 2024.

Embora os números do desenvolvimento tenham a tendência de aumentar, o Índice de Gini da renda, que mede a concentração da renda (quanto mais próximo de 1, mais concentrado é) permanece num patamar elevado (Mapa 6). Boa parte da região pode ser considerado como médio (sul e sudeste do Pará, quase todo o estado de Rondônia e partes do Mato Grosso), enquanto outra parte é alto (quase todo o estado do Amazonas, Acre, Amapá, norte de Roraima e Pará) com algumas partes como baixo (centro do Mato Grosso). Ou seja, isso indica que nem todos são beneficiados pelo dito desenvolvimento propagado pelo agronegócio na região. Outro tipo de concentração, além da permanência da concentração de

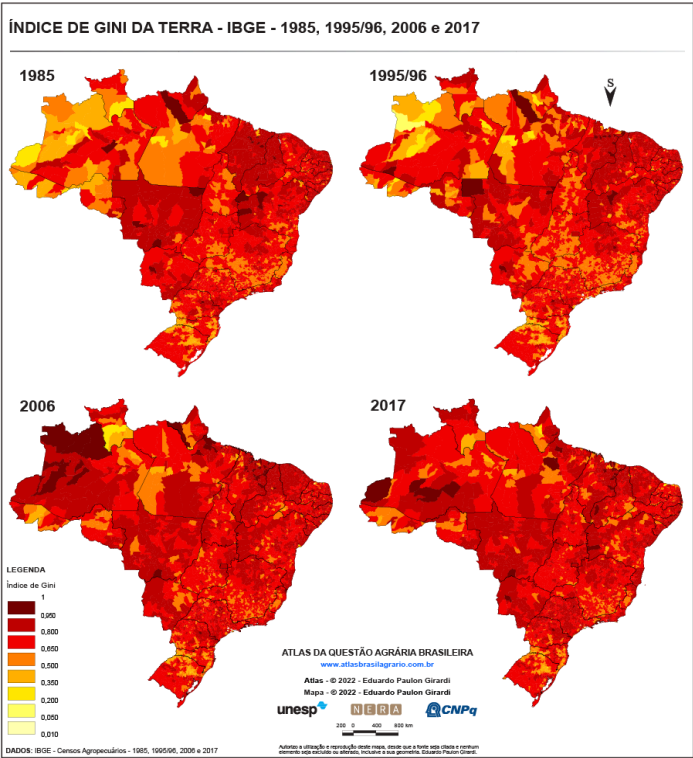
renda, é a da terra. Observa-se, nas áreas já mencionadas e analisadas, uma elevação desse índice, mas também em outras partes do Brasil (Figura 2). Isso reflete o histórico do país na distribuição de terras.

Mapa 6: Índice de Gini da renda por municípios da Amazônia (1991, 2000 e 2010)



Fonte: Censo Demográfico (IBGE), 1991, 2000, 2010. **Org.:** Samuel da Trindade Venâncio, 2024.

Figura 2: Evolução do Índice de Gini de terra no Brasil (1985 a 2017)



Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira, 2008. **Org.:** Eduardo Paulon Girardi, 2008.

Considerações Finais

Diante do exposto, a apropriação econômica e a produção do espaço na fronteira agrícola amazônica se revela como violenta, desigual e contraditória. A violência se manifesta em conflitos e assassinatos frequentes, a desigualdade é evidente na má distribuição das consequências do desenvolvimento territorial e a contradição surge dessas disparidades sociais e econômicas entre os grupos que habitam a região. A análise de dados dos assassinatos revela a violência marcante na região e a movimentação da fronteira agrícola, associá-la com outras informações contribui para uma análise totalizante e crítica. Outras variáveis poderiam ser incluídas como dados trabalhistas, uso do solo, insegurança alimentar, questões raciais e de gênero etc.

Os assassinatos seguem padrões, com vítimas e motivos recorrentes e requintes de crueldade. O Estado geralmente se mostra omissivo, com investigações insuficientes e falta de punição, refletindo um caráter necropolítico com políticas alinhadas com interesses neoliberais que priorizam lucros no agronegócio. Reduzir a violência e as desigualdades se torna uma tarefa complicada, já que políticas propostas de quem defende essas populações são barradas por uma parte das elites (rurais), que detém poder político. Sendo assim, seus privilégios permanecem às custas de vidas humanas e bem-estar social.

Notas de rodapé

¹ Há uma tradução do termo também como “acumulação por despossessão”.

² QUEIROZ, Vitória. Número de famílias assentadas cresce 612% com Lula. **Poder360**, Brasília, 04 de fev. de 2024. Disponível em: www.poder360.com.br/governo/np-numero-de-familias-assentadas-cresce-612-com-lula/. Acesso em: 09 mai. 2024.

³ ZANINI, Fábio. Bolsonaro acumula frases preconceituosas contra diferentes alvos; relembre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 de fev. de 2022. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/bolsonaro-acumula-frases-preconceituosas-contradiferentes-alvos-relembre.shtml. Acesso em: 09 mai. 2024.

⁴ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Amazônia Legal pode ser dividida em: Amazônia Ocidental (Roraima, Amazonas, Acre, e Rondônia) e Amazônia Oriental (Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins).

⁵ A taxa de desmatamento na Amazônia Legal foi de 11.594,00 km² em 2022 e de 9.084,00 km² em 2023. Representa uma queda, mas ainda em um patamar elevado. TERRABRASILIS. PRODES (Desmatamento), Terrabrasilis. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**, São José dos Campos, São Paulo, 2024. Disponível em: terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 10 mai. 2024.

Referências

- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., 2004.
- CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório de Conflitos no Campo**. Goiânia, anos 1995 a 2022. Disponível em: www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil. Acesso em: 05 out. 2023.
- FEARNSIDE, P. M. **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica**, Vol. 1. Editora do INPA, Manaus, 2022.
- FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6, p. 14-34, 2005a.
- FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, A. M. (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp, 2005b.
- FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Ed.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.
- FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. *In*: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. **Vida rural e mudança social**: Leituras básicas de sociologia rural. 2ª ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1976a.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976b.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1ª ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1999.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2008.
- FREITAS JÚNIOR, A. M. de; BARROS, P. -H. B. de. A expansão pecuária para a Amazônia legal: externalidades espaciais, acesso ao mercado de crédito e intensificação do sistema produtivo. **Nova Economia** [online]. 2021, 31, [pp. 303-333]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/5064>. Acesso em: 24 abr. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 06 nov. 2023.

GUERRA, G. A. D. **O Posseiro da Fronteira**: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense. 2ª ed. Belém: Editora Paka-Tatu Ltda., 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, K. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Centauro, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. 1ª ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo, SP: Hucitec, 1984.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Assassinatos no campo**: crime e impunidade - 1864-1986. 2ª ed. São Paulo: Global editora, 1987.

OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas-SP: Editora Papirus, 1987.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Editora Pinsky Ltda. (Contexto), 1988.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, J. G. da. **Modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOBREIRO FILHO, J. *et al.* O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 2-29, 2018. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_2_2018.pdf. Acesso em: 5 set. 2023.

SOBREIRO FILHO, J.; MANAÇAS, U. Questão agrária, o massacre de Pau d'Arco e violência na Amazônia: entrevista com Ulisses Manaças/*Agrarian question, the Pau d'Arco massacre and violence in Amazon: interview with Ulisses Manaças*. **Revista NERA**, [S. l.], n. 42, p. 373–396, 2018. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5700. Acesso em: 5 set. 2023.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WOLFORD, W. *The plantationocene: A lusotropical contribution to the Theory*. **Annals of the American Association of Geographers**, vol. 111, n. 6, p. 1622-1639, 2021. Disponível em: www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/24694452.2020.1850231. Acesso em: 23 out. 2023.